

Sua cidade, seus dados: resistindo à mercantilização do território e dos dados pessoais



André Pasti*

Resumo: O texto discute a tendência de mercantilização dos dados pessoais nas práticas de planejamento e gestão urbana e os riscos para a privacidade e a democracia, e analisa a urgência de ações de resistência a esse processo. Articulações como as campanhas "Sua Cidade, Seus Dados" e "Seus Dados São Você" surgiram propondo um modelo urbano que proteja os dados dos cidadãos e limite o poder das corporações na cidade dataficada. Por fim, o texto apresenta caminhos para pensar uma agenda latino-americana que promova a soberania tecnológica e fortaleça a participação.

Imagine a seguinte cena: um vereador de oposição chega a uma festa em sua cidade e é abordado por um integrante da gestão da Prefeitura que, buscando constranger sua atuação política e sua segurança, afirma em tom de ameaça saber exatamente todos os lugares em que este vereador esteve em um determinado dia. Esse ato de vigilância invasivo, que atenta contra a privacidade e contra a democracia, aconteceu. O relato foi do então vereador Rodrigo Paixão, de Vinhedo (SP), em uma mesa de debates na Câmara de Campinas (SP) em novembro de 2017¹. Naquela oportunidade, discutíamos publicamente e nos articulávamos, coletivamente, para a resistência a uma tendência do planejamento territorial contemporâneo: a privatização de dados pessoais utilizados nos serviços urbanos.

*Professor de Planejamento Territorial da UFABC.

Palavras-chave: planejamento urbano; ativismos digitais; dados pessoais; participação popular.

1. A gravação da mesa está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=jgB5uLz-pwE>>.

A cidade está ficando esperta... Cuidado!

As novas tecnologias da informação e da comunicação estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano nas cidades. Junto da difusão dessas novas técnicas, elas foram crescentemente incorporadas às práticas de gestão urbana. Um conjunto de novas tecnologias urbanas tem sido instalado em nossas cidades para supostamente ampliar a “inteligência” da gestão - traduzida nos ideais de eficiência e eficácia, sob o mesmo prisma dos agentes do mercado. Rankings e índices incentivam a competição entre gestões municipais, enquanto empresas de consultoria e eventos corporativos difundem a tal “cidade inteligente” como um sinônimo de boa gestão urbana — incentivando que as prefeituras comprem soluções de empresas de serviços tecnológicos.

Esta suposta “eficiência” se tornou um valor com fim em si mesmo, justificando qualquer ação. Trata-se do que Ana Clara Torres Ribeiro (2013) chama de “paradigma administrativo” no neoliberalismo, reunindo o conjunto de valores da gestão empresarial que hoje são aplicados ao planejar e gerir o espaço urbano. Junto disso, o imaginário coletivo sobre as tecnologias as reconhece como irrecusáveis, portadoras da razão e do progresso. Essa despolitização do debate coletivo sobre as novas tecnologias e os valores que acompanham a adoção delas em diferentes dimensões da vida implica um risco imenso à sociedade.

As tecnologias não são boas, nem ruins, nem neutras. Reconhecer que elas acompanham valores sociais e produzem mudanças na sociedade e nos usos do território exige que nos engajemos no debate — político — sobre o desenvolvimento tecnológico, os sentidos sociais das inovações e os níveis de controle social das tecnologias.

No caso do planejamento e da gestão do território, essa ideia-propaganda da “smart city” veio junto de uma grande despolitização do debate sobre as práticas territoriais em si. Ao invés de analisar e discutir os sentidos da ação, as formas de ampliar a democracia e a justiça urbanas a partir das realidades vividas nos territórios, a proliferação de uma parafernália “smart” composta por aplicativos, dispositivos, sensores, câmeras e outras formas de captura massiva de dados foi propagandeada como caminho eficiente para a solução de todos os problemas urbanos. O pesquisador Evgeny Morozov (2018) chama essa construção de soluções de problemas sociais por meio de novas tecnologias ou aplicativos de “solucionismo tecnológico”.

Inspirado pela interpretação de Milton Santos (2000) sobre a globalização, é possível afirmar que fábula da cidade inteligente acompanha, na realidade, perversidades - uma delas, a captura massiva de dados pessoais, vários deles sensíveis, sem nenhum controle social (Schiavi, 2021). Recentemente, em evento corporativo sobre cidades inteligentes, ouvimos um empresário de uma *Big Tech* defender que o esforço atual da empresa é capturar o máximo possível dos dados pessoais dos cidadãos, para no futuro descobrir o que fazer com eles. Na mesma direção, em um contexto de mercantilização da cidade e do planejamento urbano, além do poder público, empresas privadas contratadas para operar câmeras na cidade passam a ter acesso a informações que lhes garantem imenso poder. Foi o caso de Vinhedo (SP), onde a operação do sistema de vigilância era, como na maior parte das cidades, operado de forma privada — na época, sem regulação ou controle social.

Além dessa captura massiva de dados, há diversos outros riscos: há uma tendência a um processo de *plataformização*, com crescente concentração dos aplicativos e ferramentas

nas mãos de poucas plataformas controladas por Big Techs, desenvolvidas e controladas por poucos países do centro do capitalismo; essa concentração acompanha um armazenamento e tratamento de dados localizado em “nuvens” fora do país, acompanhando problemas ligados ao chamado *colonialismo de dados*.

Voltando à história de Rodrigo: diante de um cenário de mercantilização da “esperteza” da smart city, vigilantismo e risco de venda de dados dos cidadãos, o que é possível fazer para disputar os rumos dessas tecnologias urbanas?

Os ativismos de dados e a resistência em rede

Ainda em 2017, uma campanha da sociedade civil chamada “Sua Cidade, Seus Dados”, foi iniciada pela Rede Latino-Americana de Estudos de Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits) e realizou uma série de ações nos anos seguintes, simultaneamente à campanha nacional “Seus Dados São Você”, da Coalizão Direitos na Rede (CDR). Ambas levantavam os riscos da privatização de dados e a necessidade de proteção de dados pessoais dos cidadãos. No caso da campanha “Sua Cidade, Seus Dados”, o foco estava justamente em sensibilizar para a necessidade de políticas de adoção de tecnologia nas gestões urbanas que protegessem os direitos dos cidadãos. A articulação ganhou corpo diante da inclusão dos dados dos usuários do transporte público no pacote de privatizações do então prefeito de São Paulo, João Dória². Um projeto de lei municipal de proteção de dados pessoais foi elaborado por pesquisadores da Rede Lavits no contexto da campanha.

Diversas organizações realizaram conjuntamente eventos locais e regionais para debate da segurança de informação, autocuidado e festa — casos como da Criptobaião em Fortaleza, Criptofunk no Rio de Janeiro, CriptoJP em João Pessoa, CriptoAxé em Salvador, CriptoTrem em Belo Horizonte, Criptobaile em Ceilândia e CriptoFesta Cerrado, em Brasília, além da já tradicional CryptoRave em São Paulo³. Em várias dessas cidades, o evento acompanhou a apresentação de projetos de lei baseados na campanha “Sua Cidade Seus Dados”. Campinas, no interior de São Paulo, foi a primeira cidade a iniciar o debate na Câmara, por iniciativa das campanhas junto do vereador Pedro Tourinho (PT). Em São Paulo, o projeto foi apresentado ainda em 2017 por parlamentares de partidos diversos, como PSDB, PSD, PT e PSOL. O primeiro município a aprovar tal projeto de lei foi Vinhedo, ainda em 2018⁴ — em projeto apresentado por Rodrigo Paixão (REDE).

A regulação de proteção de dados não é suficiente, mas uma das dimensões de uma luta mais ampla. A partir da digitalização do território, a agenda política histórica da reforma urbana — em defesa de cidades justas e democráticas e da cidade como um direito — passa a se encontrar com os ativismos digitais e as lutas por uma comunicação mais democrática. Cada vez mais a agenda crítica sobre as tecnologias precisa estar presente em diferentes temáticas que perpassam nosso cotidiano.

No caso da pauta urbana, constam agendas importantes, como “a de tratar os dados como elementos também coletivos e necessários à vivência e à gestão do espaço urbano, e a de

2. Mais sobre o contexto no texto “A cidade é nossa. E os dados?”, publicado na CartaCapital e disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-cidade-e-nossa-e-os-dados/>>.

3. Mais informações no episódio “Criptofestas e criptografia”, do podcast Levante Sua Voz, disponível em <<https://intervozes.org.br/quinto-episodio-do-levante-sua-voz-trata-de-criptofestas-e-criptografia>>.

4. Disponível em <<https://lavits.org/camara-de-vinhedo-aprova-por-unanimidade-lei-municipal-de-protecao-de-dados-pessoais/>>.

elevar a noção de soberania de dados como fundamental à construção de uma política urbana que não se renda ao neoliberalismo embalado pelas plataformas privadas” (Schiavi e Silveira, 2021, p. 13). Nossa agenda crítica sobre tecnologia e sociedade a partir da América Latina envolve, ainda,

a valorização do poder de populações discriminadas, estigmatizadas e subalternas [...] particularmente por meio da construção de modos de resistência e sobrevivência que oferecem apropriação subversiva e contra opressiva de tecnologias digitais, dados e narrativas nas periferias urbanas da América Latina. Isso significa repensar processos que normalmente valorizam as informalidades da elite e criminalizam as informalidades dos subalternos em diferentes escalas – do global, entre países do “Norte” e do “Sul”, ao local, entre os “centros” e “periferias” das cidades latino-americanas. Nosso enfoque geográfico tem, portanto, priorizado cada vez mais territórios estigmatizados (Firmino; Bruno, 2023, p. 3).

Assim, para além das perversidades da esperteza da privatização e mercantilização de dados nas cidades, há um conjunto de possibilidades para construção de outros futuros, buscando usos mais solidários do território, a partir da apropriação das técnicas pelos “de baixo” (Santos, 2000). A adoção e o desenvolvimento de tecnologias que garantam a soberania tecnológica popular e que protejam os dados dos cidadãos; a promoção de formas colaborativas de produção de tecnologias, com ferramentas e código livres; a garantia de mais participação social nos processos de planejamento e gestão da cidade; e a realização de debates públicos e politizados sobre a adoção de tecnologias estão entre as ações com outros sentidos, que podem acompanhar um planejamento territorial democrático e popular, que busque promover a cidade como um direito.

Que possamos nos inspirar nos ativismos digitais e nas lutas urbanas daqueles que, como nosso saudoso Rodrigo Paixão, lembram que outra cidade é possível. Urge resistir à mercantilização do território e dos dados e buscar outros sentidos da ação capazes de deslocar os significados hegemônicos que a incorporação das tecnologias tem produzido enquanto projeto de cidade, além de encontrar os usos, as possibilidades e os limites das tecnologias urbanas na promoção do direito à cidade para todas as pessoas.

Referências

FIRMINO, Rodrigo; BRUNO, Fernanda. Construindo uma agenda latino-americana de estudos sobre vigilância, tecnologia e sociedade. **PolITICs**, n. 35, 2023.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Boitempo, 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro. Ano XII, n. 2, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHIAVI, Iara; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A cidade neoliberal e a soberania de dados: mapeamento do cenário dos dispositivos de dataficação em São Paulo. **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana v. 14, 2022.

